



GUIA DA ARQUITETURA VERNACULAR KALUNGA

difusão e preservação
dos saberes tradicionais

Polo UnB Kalunga - 2023

Liza Maria Souza de Andrade | Carlos Pereira Kalunga

Caio Monteiro Damasceno | Luana Figueiredo de Carvalho Oliveira

Talita Xavier Maboni | Valmor Cerqueira Pazos

[1ª edição]

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Guia da arquitetura vernacular Kalunga [livro eletrônico] : difusão e preservação dos saberes tradicionais / Liza Maria Souza de Andrade... [et al.]. -- Brasília, DF : LaSUS FAU, 2023.
PDF

Outros autores: Carlos Pereira Kalunga, Caio Monteiro Damasceno, Talita Xavier Maboni, Luana Figueiredo de Carvalho Oliveira.

Bibliografia.

ISBN 978-65-84854-17-8

1. Arquitetura 2. Design vernacular I. Andrade, Liza Maria Souza de. II. Kalunga, Carlos Pereira. III. Damasceno, Caio Monteiro. IV. Maboni, Talita Xavier. V. Oliveira, Luana Figueiredo de Carvalho.

23-173392

CDD-720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura 720

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

GUIA DA
ARQUITETURA
VERNACULAR
KALUNGA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

Reitora Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor Enrique Huelva Unternbäumen

Decana de Pesquisa e Inovação Maria Emília Machado Telles Walter

Decano de Pós-graduação Lúcio Remuzat Rennó Junior

Decana de Extensão Olgamir Amancia Ferreira

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU

Diretor Caio Frederico e Silva

Vice-Diretora Maria Claudia Candeia e Souza

Coordenadora de Pós-graduação Carolina Pescatori Candido da Silva

ORGANIZADORES

Coordenadora geral Prof^a Liza Maria Souza de Andrade

Coordenador Adjunto Caio Monteiro Damasceno

Coordenadora Adjunta Talita Xavier Maboni

Coordenador local Carlos Roberto Pereira da Conceição

Coordenadora científica Luana Figueiredo de Carvalho Oliveira

Coordenador executivo Valmor Cerqueira Pazos

realização:



ESTUDANTES E BOLSISTAS

Angélica Azevedo e Silva

Laila Beatriz de Almeida

Lara Moro Boasserts

Luna Catrina Pontes Nascimento

Mileny Mendes dos Santos

Tainá Brederode Sihler Rossi

COLABORADORES

Alcileia Torres (Rede Kalunga Comunicações)

Andreia Alves do Prado (IFG Uruaçu)

Franciso Octávio Bittencourt de Sousa (Antropologia/UNB)

Jéssica Azevedo Coelho (IFG Uruaçu)

Lívia Barros Wiesinieski (CET/UnB)

Luiz Fellipe Machado da Silva (Pólen Lab)

Marlon Santos (Construtora MK)

Nadia Wyara Pazos (UNILS)

apoio:



“VIVÊNCIA KALUNGA”

Os povos quilombolas kalungas,
São de origem tradicional,
Elas moram no meio do campo,
Tem uma vivência tão natural.

O território quilombola kalunga,
É pleno de beleza,
Têm tantas coisa bonitas,
Em meio a natureza.

Os povos que ocupam o território kalunga,
Tem muito movimento, conhecimento e
experiência,
A história dos povos kalungas,
Tem centenas de anos de existência.

A moradia dos povos kalungas,
É feita de palha adobe e madeira,
No meio da tão calma natureza,
As águas dos rios correm na corredeira.

O território quilombola kalunga,
Há mais de 3 séculos de existência,
Hoje nele há tantos habitantes,
Graças a nossa resistência.

Os kalungas roçam a área na mata,
Para fazer a plantação,
Eles plantam mandioca, milho, arroz,
Abóbora, melancia e feijão.

Na roça tem gergelim,
Quiabo, maxixe e banana,
Tem jiló, algodão, batata-doce,
Melão, pepino e cana.

No cerrado tem baunilha,
Jatobá, cagaita e tinguí,
Tem barú, mangaba e caju,
E não esqueço do pequi.

Tem a sussa Kalunga,
Que é um tipo de dança,
Usam saia, usam broaca,
Pra fazer essa festança.

Os mais velhos contam histórias,
Passadas de geração a geração,
Para que nunca acabe a história,
Dessa nossa bela região.

Os habitantes do kalunga,
Preservam o cerrado da região,
Desmatam apenas a área de uso,
Para fazer a plantação.

O modo de vida dos kalungas,
É cada trabalhar por si,
Com a plantação na roça,
Para ter comida a servir.
Eles roçam e fazem a roça,



figura 01

Fazem o plantio de mandioca,
Dela se faz farinha, bolo e beijú,
E ainda tem a tapioca.

Os povos quilombolas kalungas,
Tem um vínculo com o cerrado,
Eles colhem os frutos das árvores,
E com as árvores eles tem cuidado.

Os quilombos kalungas,
Tem a mais pura riqueza,
O privilégio de morar no campo,
Em meio a natureza.

Tem a comida caseira,
Feita no fogão caipira,
A lenha é feita das árvores,
Principalmente a sucupira.

A moradia dos povos Kalungas,
É 100% bioconstrução,
Em prol da sustentabilidade,
E da biodiversidade da região.
Os materiais utilizados na construção,

Não agridem o meio ambiente,
Os Kalungas usufruem da natureza,
De forma muito consciente.

Essa é a nossa vivência,
É o nosso modo de viver,
Eu ainda sou adolescente,
Tenho muito a aprender.

A nossa história é tão grande,
São muitas coisas pra contar,
Por meio dessa literatura,
Um pouco da minha história consegui recitar.

Por aqui a inscrita se encerra,
Sobre o modo de vida, território e plantação,
É a história dos povos quilombolas kalungas,
É a história da minha região.

Alcileia Torres

(poetisa Kalunga)



figura 03

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Introdução	16
1.2 Metodologia - pesquisa-ação	20
1.3 Atividades e oficinas	22
1.4 Sobre o guia	26
2. HISTÓRIA E CULTURA	29
2.1 História e Reconhecimento do Quilombo Kalunga	30
2.2 Linha do tempo	34
2.3 Apresentação do território Kalunga	38
2.4 Territorialidade e cultura Kalunga	46
2.5 Festejos, Religiosidade e Ancestralidade	50
3. ARQUITETURA VERNACULAR KALUNGA	59
3.1 A construção com terra Kalunga	60
3.2 Arquitetura vernacular kalunga e patrimônio construtivo	71
3.3 Os “novos” saberes antigos: A bioconstrução Kalunga	76
4. QUESTÕES EMERGENTES	95
4.1 Diagnóstico e Problemáticas	96
4.2 Cenário da Construção Civil na Chapada dos Veadeiros	98
4.3 Direito ao Território e Regularização Fundiária	106
4.4 Impactos das mudanças climáticas no Território	112
5. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PESQUISA	117
5.1 Quem somos?	118
5.2 Coordenação	119
5.3 Rede sociotécnica	124
5.4 Site AVK	126
5.5 Sementes plantadas	127
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
6.1 Conclusão	130
6.2 Lista de figuras	132
6.3 Referências bibliográficas	143



figura 04



figura 05

capítulo 4

QUESTÕES EMERGENTES

Autores: Caio Damasceno, Andreia Prado, Angélica Silva e
Francisco Sousa e Luana Oliveira

4.1 DIAGNÓSTICO E PROBLEMÁTICAS

O território Kalunga e a Chapada dos Veadeiros nos últimos anos, e especialmente após a pandemia de Covid 2019, vem passando por diversos processos de reorganização e mudanças nas dinâmicas territoriais.

Em consonância com o compromisso social do Grupo Periférico neste Guia ao abordar a necessidade de

valorização e difusão das técnicas construtivas tradicionais/vernaculares Kalunga, salienta-se que esse tema levanta diversas discussões importantes de serem destacadas no campo da arquitetura e urbanismo e serão apresentadas nesta sessão.

No contexto da expansão urbana destaca-se a problemática da gentrificação



e a dinâmica da construção civil no município de Cavalcante, assim como em outros municípios da Chapada, o que incita a reflexão sobre o planejamento territorial e o plano diretor em revisão.

Dessa forma, pensar em patrimônio e preservação do SHPCK exige também reforçar a pauta de luta secular desta comunidade pelo seu território, registrando o longo processo de regularização fundiária pelo qual a comunidade passa nas últimas décadas, em busca da garantia do direito

à reprodução dos modos de vida Kalunga, suas técnicas e costumes.

E, por fim, problematizar o aspecto ambiental, coração da relação das técnicas construtivas vernaculares Kalunga com a arquitetura e urbanismo, onde os materiais e o extrativismo que sustentam a relação ecológica presente nesses modos de vidas sofrem impactos diante das dinâmicas da gentrificação e da construção civil, além das mudanças climáticas.



figura 84

4.2 CENÁRIO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CHAPADA DOS VEADEIROS



figura 85

Por ser uma região muito procurada pelo turismo, devido ao bem estar promovido pelo contato com as paisagens únicas do Cerrado com sua grande diversidade de fauna e flora, vem se intensificando a venda de terrenos e a implantação de empreendimentos

para hospedagem em toda a região da Chapada dos Veadeiros, especialmente a partir da pandemia do coronavírus.

Sob essa ótica podemos relacionar turismo, urbanização e especulação imobiliária com as alterações em curso na dinâmica demográfica dos municípios

GENTRIFICAÇÃO

Gentrificação é o processo de transformação de áreas urbanas em bairros de maior valorização mercadológico, o que acarreta no encarecimento do custo de vida e tende a aprofundar a segregação social, onde os antigos moradores e a população de menor poder aquisitivo terminam por ser “empurrados” para as periferias da cidade. Tendência comum dos processos de urbanização modernos e reproduzidos em muitas cidades brasileiras.

da região, uma vez que a alta procura por pousadas, hospedagens, bares e restaurantes intensifica o processo de gentrificação, empurrando o crescimento desordenado da cidade para áreas cada vez mais próximas às zonas de preservação ambiental e pressionando os sistemas de abastecimento de água e hidrossanitário como o escoamento de águas pluviais e tratamento de esgoto.

O processo de gentrificação altera as estruturas sociais e habitacionais de um lugar e vem sendo discutida desde a década de 60, a princípio com enfoque em espaços urbanos degradados. A discussão pode ser ampliada para áreas rurais visto que essas mudanças elitizam esses espaços. As propriedades residenciais passam por renovações e as novas construções chegam para atender aos perfis dos novos moradores, substituindo a população local por pessoas vindas de outras cidades e com maior poder aquisitivo.

Dessa forma, quando zonas rurais passam a ser apropriadas pelo turismo como produto e modificadas com a criação de novos espaços, estruturas e incentivos para investimentos pela iniciativa privada, elas passam a ser “refuncionalizadas, urbanizadas, modernizadas, enobrecidas”, para se tornar atrativos para demanda e

de consumo (GALVÃO, 2017).

É muito comum que em cidades turísticas a atividade impulse também a especulação imobiliária e o consequente aumento no custo de vida, fazendo com que a população local seja obrigada a se deslocar para zonas periféricas da cidade.

Em Alto Paraíso e Cavalcante, moradores novos e antigos estão apostando nos aluguéis por temporada e na venda de terrenos irregulares, impulsionando desapropriações, aumento nos preços dos aluguéis e no custo de vida local, expulsando a população nativa para regiões cada vez mais distantes do centro da cidade e dos serviços, resultando em um processo de higienização social e turistificação do habitar. Dessa forma, o mercado imobiliário acompanha a demanda e o enobrecimento desses espaços passando a balizar as transações e a elevação dos preços. Esse inchaço populacional flutuante gera impactos no saneamento básico da região, sendo constantes a falta d'água nos períodos de alta temporada, especialmente na época da seca. Essa lotação provoca também grande produção de esgoto sendo que a maioria das casas ainda faz o descarte através de fossas sépticas com sumidouro, além de serem também frequentes os

apagões principalmente no período das chuvas.

Com o aumento dos preços dos aluguéis em Alto Paraíso, está crescendo o movimento de moradores que não conseguem acompanhar a alta dos preços e vê Cavalcante como opção mais barata para se viver. Assim, a gentrificação em Alto Paraíso impulsiona também a gentrificação em Cavalcante, em um cenário agravado pela pandemia com a crescente busca de moradias voltadas para o turismo e segunda residência.

Observa-se, assim, uma arquitetura como instrumento de gentrificação que valoriza o imóvel e o material construtivo intrínseco à uma cultura de investimento e a residência temporária, com ambições apenas econômicas, diferente da cultura de necessidade da moradia como nos povos Kalunga, que construíam com terra, palha e madeira por ser o que tinham no local, suprimindo a necessidade de residência, abrigo e permanência cultural.

Esse evento acarreta na perda e no enfraquecimento dos saberes populares com a introdução e incentivo ao uso de materiais industrializados e tecnologias importadas de outras regiões definidos pela premissa do "desenvolvimento", construções com características

estrangeiras perceptivelmente não adaptadas ao contexto local, ignorando os saberes e os modos de vida tradicionais. São as populações tradicionais, como os Kalungas que a partir do conhecimento do território e das técnicas vernaculares que garantem o verdadeiro valor arquitetônico das habitações, integradas ao contexto em que se inserem.

Na arquitetura vernacular Kalunga existe outras relações com a temporalidade das construções, onde o ritmo de trabalho e extração das matérias primas segue o ritmo dos ciclos da natureza, e a construção se aprimora de pai para filho, onde as técnicas possuem um valor para além do comercial, elas são heranças da ancestralidade e representantes da história desse lugar.

A arquitetura vernacular no SHPCK na Chapada dos Veadeiros é patrimônio material e imaterial, deve ser vista como uma herança que não pode ser apagada ou substituída. Portanto, se por um lado o turismo está promovendo o crescimento econômico para os municípios e motivando proteções ambientais, por outro observa-se uma lacuna com a falta de proteção do patrimônio cultural local. Paralelamente, a arquitetura vernacular

pode trazer um movimento turístico também, dando origem a novos circuitos e difusão de saberes construtivos dentro da bioconstrução com eficiência energética estimulando um processo de recuperação e valorização desse patrimônio.





2010

MAPA 05: Vista satélite de Alto Paraíso- GO em 2010.

Fonte: Google Earth, 2023.



2020

MAPA 06: Vista satélite de Alto Paraíso- GO em 2012.

Fonte: Google Earth, 2023.

Elaboração: Oliveira e Maboni 2022

O SHPCK e a Arquitetura Vernacular como patrimônio a ser preservado

Na perspectiva do planejamento territorial, a gentrificação e a especulação imobiliária em Cavalcante têm levado à expansão urbana avançando a partir do perímetro da cidade em direção a áreas sensíveis que deveriam ser preservadas. Ao mesmo tempo, observamos lotes vazios em meio às habitações, faltando o incentivo a essa ocupação. Esse fenômeno tem gerado um impacto negativo no meio ambiente, especialmente na parte oeste do município, onde se encontram diversos rios, nascentes e vegetação nativa do Cerrado que deveriam estar protegidos pelo Plano Diretor da cidade.

Inclusive, as novas construções no referido local não estão em conformidade, analisando a partir do ponto de vista ecológico, colocando em risco a diversidade hidrográfica do município, pois o desenho da cidade e seu planejamento de expansão deveriam ser adequados e sensíveis às águas e áreas verdes.

Dando continuidade a essa relação ambiental, Cavalcante mantém grande parte preservada devido à presença do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, da Área de Proteção Ambiental

de Pouso Alto e do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), visto que os povos originários e quilombolas priorizavam a harmonia e integração com a natureza. Esse comprometimento histórico dos ancestrais tem sido de grande contribuição para a conservação desse patrimônio natural.

Na relação entre a ancestralidade, o cultural e o natural, consideramos que a prática da arquitetura vernacular apresentada neste guia, compõe o patrimônio material e imaterial dessa comunidade, tendo não apenas as casas construtivamente melhor adaptadas ao clima da região e com baixo impacto ambiental, mas também a reprodução das técnicas passadas de avô, para pais e netos. O modo de vida Kalunga demonstra pela sua resistência secular um alto grau de adaptação e integração ao meio ambiente.

Pensando em zelar pelas ricas relações existentes no município e frear as problemáticas apresentadas no capítulo, faz-se necessário o uso de boas e eficientes políticas públicas. Dito isso,

o Plano Diretor é uma lei municipal que conduz o modo de ocupação do solo a fim de garantir o desenvolvimento urbano do município de forma equilibrada e com a infraestrutura básica adequada à comunidade. Atualmente, Cavalcante é regido pelo Plano Diretor através da Lei nº 1071 de outubro de 2012, no entanto passará por uma revisão entre 2023 e 2024 para avaliar sua eficácia e atualizar as demandas conforme o necessário.

Nesse sentido, é essencial ressaltar a necessidade de uma análise minuciosa do município, considerando diversos aspectos abrangendo as dimensões da sustentabilidade social, ambiental, econômica e cultural. Isso se torna fundamental para promover um planejamento urbano mais próximo à construção de uma cidade e comunidade sustentável, em consonância com as necessidades da população local.

Portanto, isso envolve a participação ativa da comunidade na formulação do novo Plano Diretor, contendo em seu escopo um planejamento de expansão controlada próximo às áreas ambientais, respeitando limites e zonas de amortecimento, bem como a inclusão do território Kalunga em áreas de

proteção e o reconhecimento dos saberes culturais e construtivos da comunidade Kalunga, que auxiliam utilizando técnicas construtivas mais adequadas ao ambiente.

Outro ponto importante a mencionar, e que mostra a urgência em atualizar o Plano, é a frequência com que questões envolvendo a redução das áreas preservadas da Chapada transitam pelo Congresso Nacional, devido ao intermitente avanço do agronegócio com indústrias insustentáveis, elevando o desmatamento.

Seria importante que a legislação de proteção à cultura e ao patrimônio histórico e cultural se vinculasse à proteção ambiental e tivesse um rebatimento material no Plano Diretor e no ordenamento e proteção territorial, ambiental e cultural.

4.3 Direito ao Território e Regularização Fundiária

A garantia do direito à cultura e a preservação do SHPCK, assim como de toda história Kalunga repousam sobre a mesma base material que é o território. O direito à terra é o direito à vida e a liberdade (DIAS, 2019). A história da comunidade demonstra uma luta secular de todos os quilombolas pelo direito à liberdade e a reprodução dos seus modos de vida afrodiáspóricos. Sousa (2022) afirma que quilombo Kalunga não é apenas um lugar fixo ou material, é o lugar necessário, “para todas as horas”, que esteja disponível no momento de necessidade, se aproximando da “terra prometida” dos judeus. As famílias têm uma ligação visceral com a terra, ali reproduzem seus modos de ser e viver, preservando seus costumes e ancestralidades. Ali construíram suas moradias, fazem sucessivas manutenções e reformas, e de lá retiram o “sustento” através do manejo do solo que permite a conservação do meio ambiente e as investidas dos invasores. O SHPCK possui 237.000 hectares identificados no Estado de Goiás, dos

quais atualmente somente 24.532,25 hectares do território contam com títulos definitivos, de acordo com Dias (2019). O processo de regularização do território Kalunga enfrenta diversos desafios e um deles é a sua fragmentação através da distribuição de títulos em propriedades privadas, o que de acordo com os costumes e relações coletivas que o povo faz da terra promove uma fragmentação cultural e conflitos internos (DIAS, 2019). As fronteiras como limites para o uso individual não fazem parte da cultura de uso do solo dos povos tradicionais, e neste caso foram incitados pelo processo de titulação iniciado pela Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) em 1991. Somada a morosidade e entraves que o racismo institucional fomenta na conclusão de desapropriações e indenizações para a desintrusão de terceiros do território quilombola promovida pelo INCRA, hoje o principal desafio é a titulação coletiva de todo o território e a manutenção frente às invasões por grileiros, mineradores, empreendimentos e fazendeiros, etc.



figura 86

De acordo com Sousa (2022), no SHPCK, o povo Kalunga desenvolveu um modo de vida particular, contrário a dominância funcional capitalista (HAESBAERT, 2010), em que “o uso da terra deve ser implantado em prol de todos que nela trabalham de forma respeitosa, retirando desta, apenas, o necessário para a sua sobrevivência, não se importando com o acúmulo de riquezas, nem com títulos de propriedades” (DIAS, 2019, p.51). Muitos povos e comunidades tradicionais do Brasil e da América Latina identificam essa forma de se relacionar com a natureza como “Bem Viver”. A vida plena dos povos tradicionais indígenas se dá através de relações comunitárias intermediadas pelo ritmo e pelos elementos construtivos disponíveis na natureza, onde as comunidades buscam as matérias primas, realizam o extrativismo respeitando a capacidade de reprodução das espécies animais e vegetais, os ciclos de plantio e colheita. Não fosse esse modo alternativo de vida que identifica a comunidade, provavelmente não seria encontrado nos limites do território Kalunga uma das áreas de cerrado nativo mais conservado do país, de solo riquíssimo em minérios e de elevada taxa de nascentes por quilômetro quadrado. Existem ali técnicas de cultivo desenvolvidas ao longo dos anos,

originadas de conhecimentos empíricos adquiridos pelos quilombolas através do trabalho nas roças (SOUSA, 2022). Há por ser registrado uma gama de conhecimentos específicos sobre plantas medicinais compondo “saberes culturais, tradições herdadas de antepassados, que foram transferidos de geração em geração, e que hoje são parte de tudo que nos define como povos” (DIAS, 2019). Esse patrimônio ambiental e cultural já foi reconhecido pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB, 1992), dispoendo sobre a conservação da biodiversidade, regulamentada no Brasil pela Lei 13.123 de 2015. E não é só a CDB que respalda o território (SOUSA, 2022; DIAS, 2019). Mais recentemente, o SHPCK foi reconhecido oficialmente como um TICCA (Territórios Indígenas e Áreas Conservadas por Comunidades Locais) por um registro internacional que é hospedado pelo Centro Mundial de Monitoramento da Conservação (CMMC) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Essa internacionalização tem impactos na forma com que os conflitos locais se desenrolam. A regularização fundiária é prioridade entre os povos quilombolas e a comunidade Kalunga não foge à regra. Isso porque, como foi, a terra provê vida de diversas maneiras. A ausência

de reconhecimento legal - motivada pela morosidade ou ignorância ativa, relembrando Goethe, do poder público constitui porta aberta para conflitos e negam o acesso pleno às políticas públicas criando barreiras para a reprodução física, social, econômica e cultural (SOUSA, 2022; BAIOCCHI, 1999; DIAS, 2019; HAESBAERT, 2010; GEORGE, 1976).

A ideia de vida plena dos povos tradicionais se dá através de relações comunitárias intermediadas pelo ritmo e pelos elementos construtivos disponíveis na natureza, onde as comunidades buscam as matérias primas, realizam o extrativismo, respeitando a capacidade de reprodução das espécies animais e vegetais, os ciclos de plantio e colheita. A Perspectiva do “Bem Viver” se opõe ao desenvolvimentismo e a apropriação do território apenas como valor econômico e base para a extração de recursos naturais, desprovido de valor simbólico. O caráter múltiplo do território se fortalece enquanto potencialidade de constituição coletiva de outras formas de vida, onde o Bem Viver se apresenta como uma alternativa ao desenvolvimento capitalista. Portanto, para os povos e comunidades tradicionais não se trata de um conceito a ser adotado, desde que se trata de uma realidade vivida a partir da

SOBRE O BEM VIVER

O Bem Viver é um processo em construção e reconstrução que encerra processos histórico- sociais de povos permanentemente marginalizados. Esta proposta reivindica o passado e o presente dos povos e nacionalidades indígenas, sustentado no princípio de continuidade histórica. (BENITES; GALACHE; COSTA, 2016, p. 73)

As expressões mais conhecidas são o Sumak Kawsay em kichwa, e o suma qamaña em aymara, que em tradução se aproximam do belo e do bom em relação a vida, e da plenitude, do sublime ao viver e conviver. Portanto o Bem-Viver é a capacidade dos povos viverem harmonicamente uns com os outros e com a natureza, em um processo de não exploração, garantindo a continuidade da natureza em equilíbrio para as próximas gerações.

integração dos costumes ancestrais aos elementos da natureza e da geografia local, em harmonia plena. A complexidade dos territórios quilombolas apresenta a dupla conotação de território: material e a simbólica do território, enquanto instâncias coexistentes (HASESBAERT, 2004). A perspectiva material traz os aspectos geográficos, morfológicos e ambientais; sócio-políticos e econômicos que conformam a organização espacial. Na perspectiva simbólica traz elementos que relacionam sua materialidade a partir da perspectiva de apreensão cultural, observada nas expressões religiosas, culturais, comunitárias, etc. (OLIVEIRA, 2019) Não fosse esse modo alternativo de vida que identifica a comunidade, provavelmente não encontraríamos nos limites do território Kalunga uma das áreas de cerrado nativo mais conservado do país, de solo riquíssimo em minérios e de elevada taxa de nascentes por quilômetro quadrado. Existem ali técnicas de cultivo desenvolvidas ao longo dos anos, originadas de conhecimentos empíricos adquiridos pelos quilombolas através do trabalho nas roças (SOUSA, 2022). Há por ser registrado uma gama de conhecimentos específicos sobre plantas medicinais compondo "saberes culturais,

tradições herdadas de antepassados, que foram transferidos de geração em geração, e que hoje são parte de tudo que nos define como povos” (DIAS, 2019). Esse patrimônio ambiental e cultural já foi reconhecido pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB, 1992), dispendo sobre a conservação da biodiversidade, regulamentada no Brasil pela Lei 13.123 de 2015. E não é só a CDB que respalda o território (SOUSA, 2022; DIAS, 2019). Mais recentemente, o SHPCK foi

reconhecido oficialmente como um TICCA (Territórios Indígenas e Áreas Conservadas por Comunidades Locais) por um registro internacional que é hospedado pelo Centro Mundial de Monitoramento da Conservação (CMMC) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).



figura 87

4.4 IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO TERRITÓRIO

Outra questão emergente na Comunidade Kalunga é o impacto que a mesma tem sofrido com as mudanças climáticas. Nos últimos anos, os moradores mais antigos reclamam que no período de seca, as águas dos rios diminuem consideravelmente, a ponto de terem que procurar por água em residências vizinhas, e ao mesmo tempo, observam que em períodos chuvosos, ocorrem enchentes e alagamentos, fazendo o rio transbordar dificultando o acesso à comunidade, além de comprometer a qualidade da água potável.

A região da Chapada dos Veadeiros tem sofrido as consequências em seu ambiente natural, pela intensificação das queimadas (MORIYAMA, 2020), comprometendo o equilíbrio do ecossistema local. A degradação do meio ambiente afeta diretamente o ciclo da água na natureza, promovendo a redução do nível de água dos rios, secando nascentes e o aumento da emissão de gases poluentes causadores do efeito estufa, o qual impacta no aquecimento global e no equilíbrio do ecossistema.

O Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2018) indica diversas mudanças regionais no clima, tais como temperaturas extremas, aumentos na frequência, intensidade e/ou quantidade de chuva intensa, e um aumento da intensidade ou frequência de secas em diversas regiões, caso o aquecimento global não seja controlado. E no Sexto Relatório de Avaliação das Mudanças Climáticas (IPCC,2022), os pesquisadores indicam que para o planeta ter chance de limitar o aumento da temperatura do globo terrestre, as emissões de gases do efeito estufa precisam parar de crescer em 2025 e reduzir até 2030.

As comunidades tradicionais, principalmente as que vivem na zona rural, têm sentido esses impactos nos últimos 30 anos. Mais recentemente, em dezembro de 2021, a comunidade kalunga sofreu com as cheias dos rios e pontos de alagamento nas estradas (figura 90), o que provocou o isolamento de diversas famílias, as quais não conseguiam ter acesso à zona urbana. Algumas casas foram levadas pelas águas

das enchentes ou ficaram com a estrutura abalada (figura 91), comprometendo as condições de habitabilidade.

A ponte que passa pelo Rio Almas (também conhecido como Rio Branco), o qual dá acesso ao Vão de Almas, sofreu avarias, tendo o aterro destruído pela força das águas (figura 91). Embora tenha sido reformada e o aterro refeito, em dezembro de 2022, a ponte novamente sofreu com o volume das chuvas (figura 89).

Pesquisas indicam que as mudanças climáticas são fruto do aquecimento global, o qual interfere no ciclo da água e propicia instabilidade nos recursos hídricos, causando impactos econômicos, sociais e ambientais. De acordo com Cunha (2018), essa instabilidade afeta o ciclo de segurança alimentar tradicional nas comunidades quilombolas, as quais possuem um calendário de manejo das roças que depende da chuva e da estiagem para preparar a terra, plantar e colher.

De acordo com Almeida (2016), as populações tradicionais do cerrado possuem uma estreita relação com a natureza, no desenvolvimento do conhecimento sobre as propriedades medicinais das plantas nativas, no cultivo dos quintais, na preservação da sociobiodiversidade das sementes crioulas

e na sua cultura alimentar.

O conhecimento aprofundado sobre a dinâmica do clima, dos ciclos das plantas nativas, do manejo do solo do cerrado e da preservação das nascentes de água não é percebido pelos moradores tradicionais apenas como uma questão de preservação da natureza ou de soberania alimentar, pois para eles os rios que circundam o povoado, os quintais e o cerrado nativo fazem parte do seu sistema cultural e modo de vida, e nesse sentido, proteger a natureza significa proteger as próprias características do povo (KUWAE, 2020).



figura 88



figura 89



figura 90



figura 91



figura 92



figura 93

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Cajuzinho do cerrado
fonte: Alciléia Torres, 2022
nº da página: 07

Figura 02 - Produção de tijolos de adobe - Carlos Pereira e Ciranda Viva
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 10

Figura 03 - Casa com Ranchão nos fundos
fonte: Caio M. Damasceno, 2021
nº da página: 11

Figura 04 - Barraca montada para época de festejo - Vão do Moleque
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 13

Figura 05 - Antigo baracao na comunidade engenho II
fonte: Talita X. Maboni, 2017
nº da página: 14

Figura 06 - Oficina de Tijolos de Adobe, na SEMUNI da UnB
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 20

Figura 07 - Roda de Conversa sobre a Rede Sociotécnica
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 20

Figura 08 - Grupo Periférico durante desenvolvimento do projeto, em Cavalcante/GO
fonte: Valmor C. Pazos, 2021
nº da página: 20

Figura 09 - Grupo Periférico durante desenvolvimento do projeto, em Cavalcante/GO
fonte: banco de imagens do Projeto, 2021
nº da página: 20

Figura 10 - Roda de Conversa - Câmara Municipal de Cavalcante/GO
fonte: banco de imagens do Projeto, 2021
nº da página: 23

Figura 11 - Roda de Conversa - Câmara Municipal de Cavalcante/GO
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2021
nº da página: 23

Figura 12 - Oficina de Tijolos de Adobe na SEMUNI da UnB
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 23

Figura 13 - Oficina de Tijolos de Adobe na SEMUNI da UnB
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 23

Figura 14 - Roda de Conversa sobre a Rede Sociotécnica
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 23

Figura 15 - Roda de Conversa sobre a Rede Sociotécnica
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 23

Figura 16 - Oficina no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 23

Figura 17 - Oficina no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 23

Figura 18 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Valmor C. Pazos, 2022
nº da página: 24

Figura 19 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 24

Figura 20 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 24

Figura 21- - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Liza M. S. Andrade, 2022
nº da página: 24

Figura 22- V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 24

Figura 23 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 24

Figura 24 - Aula sobre tijolos de adobe com Carlos Pereira e Ciranda Viva - SEMUNI/UnB
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 25

Figura 25 - Oficina de Tijolos de Adobe - SEMUNI/UnB
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 25

Figura 26 - Roda de Conversa - Câmara Municipal de Cavalcante/GO
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2021
nº da página: 25

Figura 27 - Vista Aérea comunidade Engenho II
fonte: Valmor Pazos Filho, 2021
nº da página: 28

Figura 28 - Capela do Vão do Moleque
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 33-34

Figura 29 - Vista Aérea comunidade Engenho II
fonte: Valmor Pazos Filho, 2021
nº da página: 34

Figura 30 - Cruzeiro e mastros com bandeiras dos santos - romaria do Vão do Moleque
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 36

Figura 31 - Vista Aérea comunidade Engenho II
fonte: Valmor Pazos Filho, 2021
nº da página: 37

Figura 32 - Vista Aérea comunidade Engenho II
fonte: Valmor Pazos Filho, 2021
nº da página: 37

Figura 33 - Travessia no Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 39

Figura 34 - Mirante da Nova Aurora, imagem feita com Drone
fonte: Valmor Pazos Filho, 2021
nº da página: 42-43

Figura 35 - Vista panorâmica do Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 44-45

Figura 36 - Rio Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 44-45

Figura 37- Travessia no Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 47

Figura 38- Vista panorâmica do Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 48-49

Figura 39 - Barracão comunitário para encontros e celebrações
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 51

Figura 40 - Interior da Capela do Vão do Moleque com decoração para a Romaria
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 52

Figura 41 - Momento das 'oito horas', parte da procissão da romaria do Vão do Moleque
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 53

Figura 42 - Momento das 'oito horas', parte da procissão da romaria do Vão do Moleque
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 55

Figura 43 - Campeonato de futebol na comunidade Engenho II
fonte: Caio M. Damasceno, 2021
nº da página: 56

Figura 44 - Comida Kalunga
fonte: Liza M. S. Andrade, 2018
nº da página: 56

Figura 45 - Cozinha Kalunga
fonte: Liza M. S. Andrade, 2018
nº da página:

Figura 46 - Apresentação de Sussa na celebração do Dia da Consciência Negra
fonte: Caio M. Damasceno, 2021
nº da página: 57

Figura 47 - Casa do bioconstrutor Kalunga Carlos Pereira
fonte: Caio M. Damasceno, 2020
nº da página: 58

Figura 48 - Parede em pau apique
fonte: Talita X. Maboni, 2019
nº da página: 60

Figura 49 - Paredes com fechamento em palha ("enxumento")
fonte: Talita X. Maboni, 2019
nº da página: 61

Figura 50 - Residência kalunga no Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 63

Figura 51 - Residência Kalunga construída com ripas
fonte: Talita X. Maboni, 2019
nº da página: 64

Figura 52 - Casa Sra Neuza Kalunga - Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 68

Figura 53 - Casa Sra Neuza Kalunga - Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 70

Figura 54 - Casa Sra. Dirani Kalunga - Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 73

Figura 55 - Casa Kalunga com adobe
fonte: Talita X. Maboni, 2017
nº da página: 74-75

Figura 56 - Seu João durante entrevista
fonte: Alcileia Torres, 2022
nº da página: 78

Figura 57 - Dona Dirani durante entrevista
fonte: Alcileia Torres, 2022
nº da página: 80

Figura 58 - Construção Kalunga
fonte: banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 82

Figura 59 - Residência construída em adobe
fonte: Caio M. Damasceno, 2021
nº da página: 86

Figura 60 - Produção de tijolo ecológico pela equipe Ciranda Viva
fonte: Carlos P. Kalunga, 2019
nº da página: 87

Figura 61 - produção de tijolo ecológico pela equipe Ciranda Viva
fonte: Carlos P. Kalunga, 2019
nº da página: 87

Figura 62 - Residência construída em adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 88

Figura 63 - Residência construída em adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 88

Figura 64 - muro de adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 89

Figura 65 - equipe em preparação do barro
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 89

Figura 66 - muro de adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 89

Figura 67 - Bioconstrutor Carlos P. Kalunga
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 89

Figura 68 - Residência construída em adobe por Carlos Pereira
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 89

Figura 69 - Residência construída em adobe por Carlos Pereira
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 90

Figura 70 - produção de tijolo ecológico pela equipe Ciranda Viva
fonte: Carlos P. Kalunga, 2019
nº da página: 90

Figura 71 - Residência construída em adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 91

Figura 72 - Residência construída em adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 91

Figura 73 - Residência construída em adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 91

Figura 74 - parede de taipa de pilão
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 92

Figura 75 - parede de taipa de pilão
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 92

Figura 76 - Residência construída em adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 93

Figura 77 - Residência construída em adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 93

Figura 78 - Residência construída em adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 93

Figura 79 - parede de taipa de pilão e bioconstrutor Marlon Pereira dos Santos
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 93

Figura 80 - Residência construída em adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 93

Figura 81 - parede de adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 94

Figura 82 - parede de adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 94

Figura 83 - Residência construída em adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 94

Figura 84 - Rio Vão de Almas
fonte: Caio M. Damasceno, 2021
nº da página: 96-97

Figura 85 - Área urbana de Cavalcante/GO
fonte: Valmor Pazos Filho, 2021
nº da página: 98

Figura 86 - Vista de construção Kalunga
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 107

Figura 87 - Travessia no Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 111

Figura 88 - Estrada vicinal no Vão de Almas
fonte: Andreia A. Prado, 2022
nº da página: 114

Figura 89 - Aterro avariado em ponte no rio Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 115

Figura 90 - Estrada para Engenho 2 com erosão após período chuvoso
fonte: Rede Kalunga de Comunicações, 2021
nº da página: 115

Figura 91 - Enchente na comunidade Vão de Almas
fonte: Jorge Kalunga, 2021
nº da página: 115

Figura 92 - Enchente e aterro avariado na ponte do rio Almas
fonte: Rede Kalunga de Comunicações, 2021
nº da página: 115

Figura 93 - Travessia no Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 116

Figura 94 - Roda de Conversa sobre Arquitetura Vernacular Kalunga - Câmara Municipal de Cavalcante/GO
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2021
nº da página: 119

Figura 95 - Roda de conversa no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 119

Figura 96 - Grupo Periférico durante desenvolvimento do projeto, em Cavalcante/GO
fonte: Valmor C. Pazos, 2021
nº da página: 119

Figura 97 - Grupo Periférico após V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 119

Figura 98 - Visita à construção de Marlon Pereira dos Santos
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 124

Figura 99 - Grupo Periférico no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 125

Figura 100 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 125

Figura 101 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 125

Figura 102 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 125

Figura 103 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 125

Figura 104 - Oficina Pintura com terra - saber Kalunga, 2023
fonte: Mileny M. Santos, 2023
nº da página: 128

Figura 105 - Oficina Pintura com terra - saber Kalunga, 2023
fonte: Mileny M. Santos, 2023
nº da página: 128

Figura 106 - Oficina Pintura com terra - saber Kalunga, 2023
fonte: Mileny M. Santos, 2023
nº da página: 128

Figura 107 - Oficina Pintura com terra - saber Kalunga, 2023
fonte: Mileny M. Santos, 2023
nº da página: 128

Figura 108 - Oficina Pintura com terra - saber Kalunga, 2023
fonte: Mileny M. Santos, 2023
nº da página: 128

109- Residência kalunga no Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 130

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. **Casa Kalunga**: a tecnologia social do adobe. In: Seminário de Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo e IV Semana de Arquitetura - Tectônica da Universidade Estadual de Goiás UEG, 2007. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. **Kalunga**: Uma experiência em Projeto de Arquitetura Habitacional. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. Organização Espacial e Ocupação no Kalunga: a moradia como efetivadora. **Paranoá** - Periódico Eletrônico de Arquitetura e Urbanismo, vol. 07, 2005.

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. **Projeto de Arquitetura Casa Kalunga para a FUBRA/ Brasília DF**, construção de quatrocentas unidades 57 m² cada, no Quilombo Kalunga em Goiás, programa Ação Kalunga do Governo Federal por meio do Ministério das Cidades (MCidades) e da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA/MS). 2004a.

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. **Relatório da Consulta Pública de Projeto de Arquitetura nas Comunidades** Kalunga, Estado de Goiás. 2004b.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **O território e a comunidade kalunga**: Quilombolas em diversos olhares. Goiânia, UFG, 329p, 2015.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. **Relatório Técnico**: Ação Kalunga - laudo da organização territorial, Periódico Eletrônica: Geobaobás, v.1, n.1 (2017), p. 1 - 73

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia da diáspora África–Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 01, p. 261-274, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos**: Geografia Africana – Cartografia Étnica, Territórios Tradicionais – Brasília, Editora: Mapas Editora & Consultoira, 2009, 190 p.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga**: A sagrada terra. 1996.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga**: povo da terra. Brasília: Ministério da justiça, 1999.

BENITES, Eiel; GALACHE, Gilmar; COSTA, Renata Oliveira. O PROGRAMA MOSARÁMBIHÁRA: semeadores do bem viver Kaiowá. In: **I Seminário Internacional Etnologia Guarani: diálogos e contribuições**. 2016.

BEZERRA, Juliana. **Escravidão no Brasil**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/escravidao-no-brasil/>>. Acesso em: 30 jun. 2022

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Curso de Bioconstrução**, Brasília, MMA, 2008.

Cultura tradicional: comunidade do Sítio Histórico Kalunga. Encontroteca, Disponível em: <<https://www.encontroteca.com.br/grupo/comunidade-do-sitio-historico-kalunga>>. Acessado em: 30 jun. de 2022.

CUNHA, A.F. **O Calendário Agrícola na Comunidade Kalunga Vão de Almas:** Uma Proposição a partir das práticas de manejo da mandioca. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

DAMASCENO, Caio Monteiro; ANDRADE Liza Maria Souza de. Urbanismo participativo como tecnologia social do grupo Periférico da FAU/UnB: o caso do projeto do Corredor Cultural do Cerrado em Cavalcante – Go. **Anais do Urbanismo Em Comum**, Urb[A], Salvador, 2017.

DIAS, Vercilene Francisco. **Terra versus território:** uma análise jurídica dos conflitos agrários internos na comunidade Quilombola Kalunga de Goiás. 2019. 132 p. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário (FD)) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

FREITAS, Gabriel. **As expropriações e os quilombos no Brasil:** entraves entre o reconhecimento e a titulação. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GARCEZ, A. RAMOS D. COSTA, C. **Vernacular Architectural tourism network:** The case study of rural coast zones area in Portugal central region. Revista Turismo & Desenvolvimento. Portugal, 2014.

GEORGE, Pierre. “As bases geográficas da sociologia rural”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo. (org.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p.15-25.

GOMES, Maria Idália et al. Construção com base em terra: contributo para a ecoeficiência na construção. In: **SGA 19-Conferência Internacional sobre Sustentabilidade na Gestão Ambiental: Inovação e desafios para os Países de Língua Oficial Portuguesa**. 2019 GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Lei nº 11.409. GO, 1991.

MOVIMENTO REGIONAL POR LA TIERRA. **Guía para sistematizar Casos inspiradores de Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica.** Informe, 2015.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2010.

História. Governo do Estado de Goiás, 2019. Disponível em: <<https://goias.gov.br/historia/>>. Acessado em: 30 jun. 2022.

Kalunga Comunicações. Instagram, Disponível em: <<https://www.instagram.com/kalungacomunicacoes/>>. Acessado em: 30 jun. 2022.

KUWAE, C. **A Identidade quilombola e a ativação patrimonial no Povoado do Moinho.** QUADERNS 36, 2020. Disponível em: <<https://publicacions.antropologia.cat/quaderns/article/view/265>>. Acesso em: 01 julh.2023.

LACERDA, Norma. Valores dos bens patrimoniais. In: LACERDA, Norma et al. Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos. **Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada**, 2012

MABONI, Talita Xavier. **Sentido Kalunga.** TFG (graduada em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

Você sabe o que são TICCA's? Entenda como funciona esse reconhecimento de territórios tradicionais. WWF-Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?82348/TICCAS-reconhecimento-para-os-territorios-tradicionais#:~:text=Entenda%20como%20funciona%20esse%20reconhecimento%20de%20territ%C3%B3rios%20tradicionais%20%7C%20WWF%20Brasil&text=A%20sigla%20TICCAs%20%C3%A9%20a,e%20Comunidades%20Tradicionais%20e%20Locais%E2%80%9D>>. Acessado em: 20 maio de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Uma História do Povo Kalunga.** Brasília: Secretaria de Educação Fundamental - MEC, 2001.

MORIYAMA, V. **Chapada dos Veadeiros:** antes e depois do maior incêndio de sua história. Meio ambiente, National Geographic: 05.nov.2020. Disponível em: < <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2018/04/parque-nacional-chapada-dos-veadeiros-incendio-florestal-cerrado> > Acesso em: 25 jul. 2023.

NEVES, Célia. et al. **Arquitetura e construção com terra no Brasil.** Tupã : ANAP, 2022. 251 p. (PPGARQ ; v. especial).

OLIVER, Paul. **Built to meet needs:** cultural issues in Vernacular Architecture. Oxford: Elsevier LTDA, 2006.

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. ICMBIO. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnachapadadosveadeiros/guia-do-visitante.html> Acessado 30 Jun 2022.

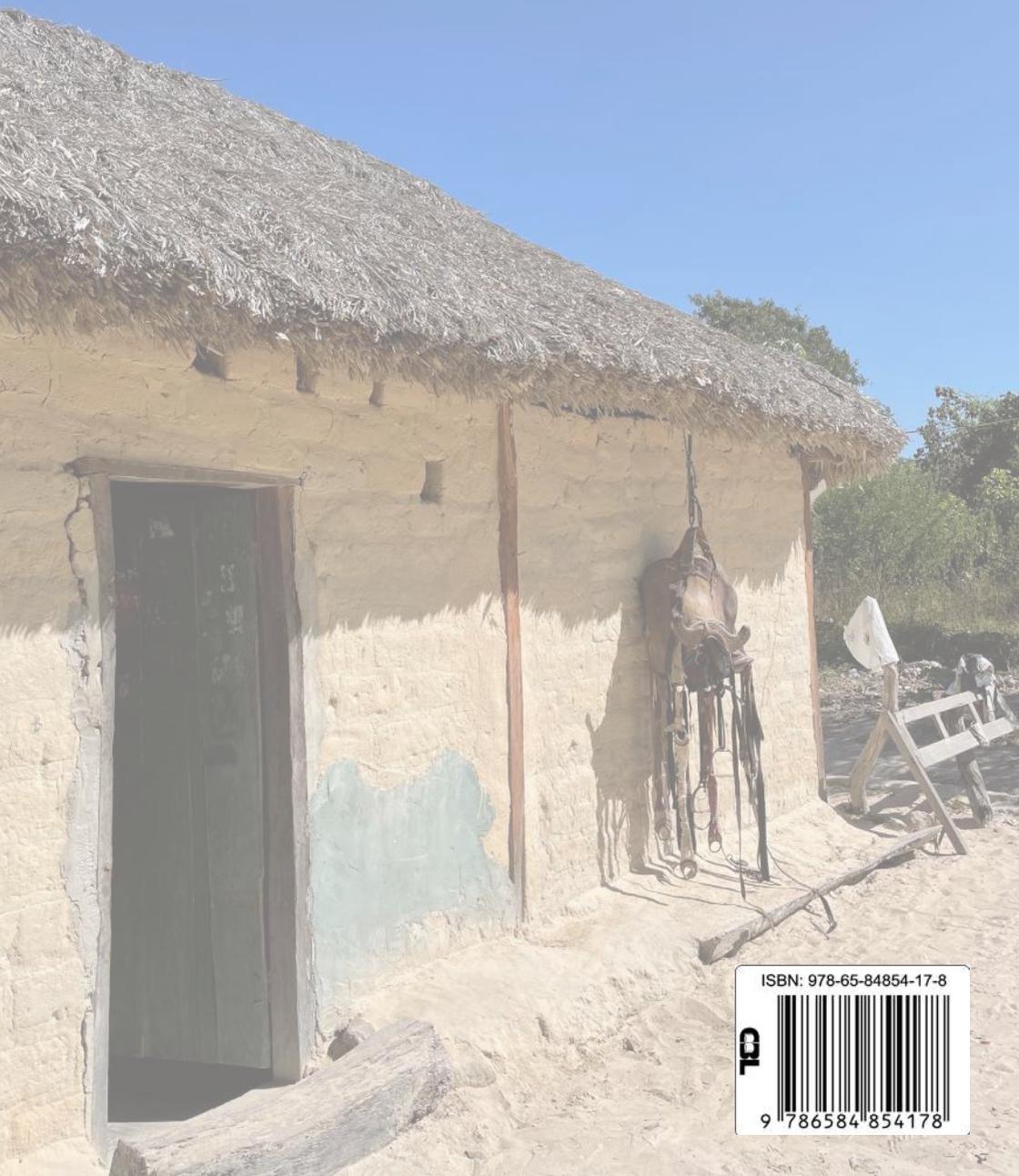
DE OLIVEIRA, Suzana Dias Rabelo; DOS ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. A organização de dados de favelas para o planejamento territorial: uma proposta metodológica. **Revista Espaço e Geografia**, v. 7, n. 1, p. 99-131, 2004.

RIBEIRO, Cecilia; LIRA, Flaviana. Autenticidade, integridade e significância cultural. In: LACERDA, Norma et al. Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos. **Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada**, 2012.

SANTOS, Soraia dos; COSTA, Silvia. Arquitetura vernacular ou popular brasileira: conceitos, aspectos construtivos e identidade cultural local. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 24, n. 35, p. 218-258, 2017.

SILVA, Angélica Azevedo e; ANDRADE, Liza Maria Souza de; WIESINIESKI, Livia Cristina Barros da Silva. Análise das dimensões da sustentabilidade urbana no município de Cavalcante-GO: uma contribuição para a revisão do plano diretor. **Scientific Journal ANAP**, v.1, n.3, 2023. Disponível em <<https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap/article/view/3797>>. Acesso em: jul. de 2023.

SOUSA, Francisco. **Se o Grileiro vem, pedra vai:** Entraves da regularização fundiária no território Kalunga. Curitiba: Appris, 2022.



ISBN: 978-65-84854-17-8

T&E



9 786584 854178